
**REPRESENTAÇÕES SOBRE A CONFIANÇA A PARTIR DA
PERCEPÇÃO DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE RURAL DE SÃO
JOÃOZINHO EM GUARATUBA/PR**
**REPRESENTATIONS ON TRUST BY THE FAMILY OF COMMUNITY
ESTATE OF SÃO JOÃOZINHO IN GUARATUBA/PR**

Márcia Regina Ferreira¹
Silvana Cássia Hoeller²
Diomar Augusto de Quadros³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a representação social sobre a confiança a partir da percepção das famílias da comunidade rural de São Joãozinho – Pr. Para tanto, a primeira seção aborda sobre a teoria da representação social, destacando Serge Moscovici, por trabalhar com a questão de como o indivíduo dentro do grupo desenvolve o seu conhecimento e como o próprio grupo chega ao conhecimento. Já na segunda seção avança-se no tema confiança como componente básico do capital social e a discussão sobre a importância do desenvolvimento comunitário. Em seguida, a apresentação do método e por fim os resultados e discussões gerados a partir da pesquisa de campo e o referencial teórico.

Palavras-chave: Representação social; confiança; capital social.

ABSTRACT

This nowadays article is goal analyze social representation on confidence from the perception of rural community São Joãozinho - PR. To this end, the first section Discusses about the social representation theory, Serge Moscovici, for working with the question of how the individual within the group develops its knowledge and how aware Group itself. Already in the second section moving on the theme confidence as basic component of social capital and discussion about the importance of community development. Then the presentation of the method and finally the results and discussions generated from the search field and the theoretical frame.

Key-words: Social representation; trust; .social capital.

Introdução

Nos últimos anos muitos estudos estão voltados para a questão da agricultura familiar, no tocante a questão das famílias e de sua capacidade de escolhas, que circulam em torno das capacidades de acesso, assim como, sobre a importância dessas famílias defenderem seus ativos existentes (capital natural, capital humano, capital social, capital financeiro e capital físico). Estes capitais não são vistos só pelo seu significado ou fonte de sustento das famílias rurais, são também uma fonte de poder. Podem ser vistos como meios para o desenvolvimento

1 Administradora, Mestre em Administração; Doutoranda em Produção Vegetal-UFPR; Professora na UFPR/Setor Litoral. E-mail: marcia-regina@ufpr.br;

2 Agrônoma, Mestre em Produção Vegetal-UFPR; Professora na UFPR/Setor Litoral. E-mail: silvanano@ufpr.br;

3 Nutricionista, Mestre em Tecnologia de Alimentos, Professor na UFPR/Setor Litoral. E-mail: diomar@ufpr.br;

(ANTUNES, 2002), como as liberdades instrumentais e substantivas (SEN, 2000), e como meio de processo de valorização da comunidade, possibilitando às famílias tornarem-se agentes do seu próprio desenvolvimento.

Para Bebbington (1999), identificar e assegurar oportunidades para transformar ativos em meio de vida (livelihoods) e proteger meios existentes é essencial para as famílias que vivem no campo.

No entanto, o autor chama atenção para um fator importante na contenção das forças que geram pobreza, que é a capacidade das pessoas para construir e utilizar adequadamente redes, cooperação e ligações com atores do Estado, do mercado e da sociedade civil, que ajudam as famílias a ascender, defender e capitalizar seus ativos.

Nesse sentido, a habilidade das famílias rurais para ganharem acesso depende também do tipo de organização social que a comunidade detém e, apesar do papel de todos os capitais como meios para expandir capacidades e iniciar processos de empoderamento nessas comunidades rurais como forma de combate a pobreza no rural. O ponto principal de análise para essa realidade está centrado na forma como o capital social pode ampliar o acesso a outros atores geridos pela lógica do Estado, mercado e sociedade civil e assim afetar a sustentabilidade do meio de vida rural e combater a pobreza.

Diante disto, o presente artigo tem como objetivo analisar a representação social sobre a confiança a partir da percepção das famílias da comunidade rural de São Joãozinho – Pr. Pois, é o grau de confiança existente entre os membros da comunidade e da comunidade com os atores externos (poder público, ONG, EMATER⁴, Prefeitura e Universidade) que permitem as famílias suas estratégias de reprodução rurais para qualidade de vida.

Para tanto, a primeira seção aborda sobre a teoria da representação social, destacando Serge Moscovici, por trabalhar com a questão de como o indivíduo dentro do grupo desenvolve o seu conhecimento e como o próprio grupo chega ao conhecimento. Principalmente por trabalhar dentro da psicologia social, a importância da cultura na formação das representações sociais e como as representações se tornam uma forma de geração de conhecimento. Tema pertinente para pesquisas em comunidades rurais que vivem em condições de vulnerabilidade social. Já na segunda seção avança-se no tema confiança como componente básico do capital social e a discussão sobre a importância do desenvolvimento comunitário. Em seguida, a apresentação do método e por fim os resultados e discussões gerados a partir da pesquisa de campo e do referencial teórico.

4 Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Representação social – o conhecimento na comunidade

Para Moscovici (1978, p. 26) a representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos. E situa-se no ponto de intersecção da psicologia e do social, compreendendo-a como conhecimento do senso comum a um saber socialmente elaborado e partilhado, com funções e orientação da comunicação e de condutas sociais nos processos em que o sujeito e realidade se transformam (JODELET, 1991 citado por SEGA, 2000).

A representação social (RS) se configura como um sistema de valores, idéias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambigüidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (MOSCOVICI, 2007, p

Assim, surge a questão: Como reconhecer a representação social na comunidade? Isso é apontado por Moscovici (1998), ressaltando que as formas de identificação concreta das representações sociais estão nas comunicações em geral, onde se elaboram os conhecimentos de senso comum. E que as representações sociais estão expressas não apenas nos discursos de senso comum, mas, também, são encontradas nas ciências, nas religiões, na cultura e em outras tantas formas de conhecimento compartilhado pela comunidade.

As representações sociais são essencialmente fenômenos sociais que, mesmo acessados a partir de seu conteúdo cognitivo, tem de ser entendido a partir do seu contexto de produção. Elas são sempre a representação de um sujeito sobre um objeto, não são nunca reproduções deste objeto.

Dessa forma, para Geertz (1989) o sistema cultural de um determinado grupo é em grande parte influenciado pela religião que é:

“um sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo essas concepções com tal aura de fatorialidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas.” (GEERTZ, 1989, p.67)

Em seu trabalho sobre a religião como sistema cultural, o autor aborda que a cultura denota um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, sendo um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio dos quais os seres humanos se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida. Assim, os símbolos sagrados funcionam para sintetizar o ethos de uma comunidade – o tom, o caráter e a qualidade da sua vida, seu estilo e disposições morais e estéticos- e sua visão de mundo – o quadro que fazem do que são as coisas na sua simples atualidade.

Para entender a representação social que a comunidade tem sobre a confiança, é importante entender como se dá essa construção do senso comum sob o aspecto do indivíduo. Qual é o seu contexto, a sua experiência, como também a relação que ele estabelece com a comunidade, o que incluem afetividade, ideologia, religião, cultura e outras. Pois as RS não são meras expressões cognitivas, mas são também permeadas de afeto.

Aborda-se que a RS é uma construção do sujeito, enquanto sujeito social, o autor remete necessariamente à atividade do sujeito – tomado como indivíduo ou grupo – na elaboração das RS. Para Moscovici (2007 p.54) ao discutir o fenômeno das representações sociais, trabalha-se com algumas hipóteses sobre porque nos criamos essas representações sociais? Quais são as nossas razões de criá-las? O que explica suas propriedades cognitivas?

Assim, o autor busca responder independente das as três hipóteses tradicionais, que a finalidade de todas as representações é tornar o familiar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade.

O grande papel das representações é a familiarização. Senso comum é uma forma de tornar um conhecimento como familiar, a partir da percepção dos indivíduos. Assim, a percepção que a comunidade tem si é fundamentado em um senso comum construído e compartilhado. É impossível o ser humano se colocar frente a algo novo sem explicá-lo, sem torná-lo familiar.

Conforme Moscovici (1978), as representações sociais possuem três dimensões: a informação, o campo de representação ou imagem e a atitude. A informação está relacionada com a sistematização de um conhecimento que determinado grupo tem sobre um objeto social, que pode estar relacionado com a religião, cultura ou outras.

Esta informação condiciona o tipo de representação que o grupo terá do objeto. O campo de representação ou imagem, que dá a idéia de um modelo social, ao conteúdo concreto e limitado, que constrói as atitudes do objeto de representação.

Ainda em seu estudo, Moscovici (1978) identifica dois universos de pensamentos que compõe as representações sociais: o consensual e o reificado. Oliveira & Werba (2000), caracteriza o universo reificado, por meio do conhecimento científico e objetivo, geralmente sistematizado por especialistas ou técnicos no assunto. Assim há uma diferenciação entre dois universos, um com pessoas que têm competência especializada e outro com pessoas leigas, que atuam na explicação da realidade, considerado consensual.

O Universo reificado é o científico, onde há certo ou errado, verdadeiro ou falso, autorizado ou não autorizado, o qualificado ou não qualificado. Aqui entra ainda mais a contribuição da **re-significação**. Esta re-significação deve ser observada de maneira imparcial. Pois o que no primeiro momento pode parecer inapropriado ou errado, tem como mérito nos mostrar qual foi o raciocínio empregado e qual a sua lógica.

No universo consensual, onde circulam as teorias de senso comum, as interações se dão entre pessoas comuns que, através das práticas interativas cotidianas, produzem as representações sociais. O que o autor quer dizer é que os universos consensuais são locais onde todos querem sentir-se em casa, a salvo de qualquer risco, atrito ou conflito.

É no consensual que as representações sociais são produzidas/ construídas, o conhecimento é espontâneo. Moscovici apud Pavarino (2003) aborda que cada indivíduo é livre para comportar-se como um “amador”. As Representações Sociais são uma espécie de “segunda língua”, que permite que os indivíduos se comuniquem e se identifiquem como pertencentes a uma mesma formação sócio cultural.

Nesse sentido, a abordagem de Moscovici sobre RS além de explicar e apontar qual é o processo psíquico do conhecimento, expõe que as atitudes do sujeito se mostram como uma dimensão de nossas representações sociais compartilhadas.

É a partir do conhecimento sobre a Representação social que a comunidade tem sobre temas como confiança, religião, educação e trabalho, que será possível entender qual é a lógica que move as ações dos indivíduos, e pensar na RS não mais como conteúdos, mas como processo. Processo este que envolve além do processamento de informações, elaboração de teorias, mas também a práxis. Ou seja, para Spink (1993) é tomar como ponto de partida a funcionalidade das RS na criação e na manutenção de uma determinada ordem social.

Esta abordagem da representação social enquanto forma de conhecimento prático, avança quando Moscovici postula a figura metodológica da ancoragem e objetivação como dois processos que geram a representação social. Esses dois processos são fundamentais para a estruturação das representações sociais para um grupo ou comunidade e para tornar um fenômeno, como um conhecimento que é transformado e partilhado pelo senso comum como algo familiar. Para tanto, é necessário, para dar-lhe feição familiar, por em funcionamento os dois mecanismos de um processo de pensamento baseado na memória e em conclusões passadas (MOSCOVICI, 2007).

A ancoragem é um processo de classificação onde o não-familiar deve ser relacionado com outro objeto familiar e identificado. Esta identificação é quase sempre um juízo de valor, pois uma nova informação deve ser relacionada com um objeto já conhecido, sob pena de não haver a possibilidade de ancorá-lo, pois este novo conhecimento deve ter decodificação (OLIVEIRA & WERBA, 2000). A ancoragem refere-se à inserção orgânica do que é estranho no pensamento já constituído. Ancoramos o desconhecido em representações já existentes.

Ancorar para Moscovici (2007, p.61) é domesticar a realidade sob pressão dos valores do grupo, transformando-a em um saber capaz de influenciar. Coisas que não são classificadas

e, que não possuem nomes são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras. Categorizar alguém ou alguma coisa significa escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele. Dar nome a um determinado objeto, ou a algo, significa inserir este objeto dentro de uma “matriz de identidade”, conferindo-lhe determinado status e determinadas características.

A objetivação, assim como a ancoragem, é mais um dos processos fundamentais para o entendermos o fenômeno das representações sociais. Como definiu Moscovici (1978), a objetivação faz um conceito tornar-se realidade, dando materialidade a ele, através de uma imagem. Neste sentido, pode-se considerar que um grupo naturaliza a sua percepção, tornando-a realidade e materialidade de acordo com aquilo que ancora na mente de cada um dos integrantes. Os grupos vão explicar os fenômenos que acontecem no mundo, a partir das imagens e metáforas que este mesmo grupo tem sobre essa realidade.

É por meio da representação social que podemos compreender como os indivíduos vão tornando os conhecimentos socializados, para com isso explicar sua realidade e o mundo e, assim, identificar-se com seu grupo ou comunidade.

Conforme Jodelet (1984), a representação social sempre está simbolizando algo, uma pessoa, um objeto, ou mesmo um acontecimento, se configurando como uma nova leitura da realidade. Então ela é compreendida a partir da relação que os grupos estabelecem com o mundo e as coisas, por meio do lugar social, cultural e econômico que ocupam os indivíduos. Dessa forma há uma construção simbólica, que faz com que os grupos e indivíduos dêem novos sentidos aos fatos que circundam o seu meio.

Enfim, as representações sociais vão se agrupando em conjuntos de significados, que permitem a interpretação dos acontecimentos cotidianos, dando sentido aos fatos novos ou desconhecidos, auxiliando na classificação e ordenação dos fenômenos vivenciados na sociedade. Elas são uma forma de conhecimento que se universaliza como senso comum, formando um saber geral e funcional para as pessoas (JODELET, 1984).

Confiança – componente básico do capital social

Estudos realizados por Luhmann (2005) apontam que a confiança é um fato básico da vida social, que emerge gradualmente nas expectativas de continuidade que se formam como princípios firmes com os quais podemos conduzir nossa vida cotidiana. “A confiança é a expectativa generalizada de que o outro manejará sua liberdade para a ação mantendo sua personalidade – ou seja, mantendo a personalidade que tem mostrado e que é um fato visível” (LUHMANN, 2005, p. 65).

Nesta perspectiva, considera-se a confiança como um componente básico do capital social. Destacando-se Coleman (2000), como um dos precursores da utilização do conceito de capital social, o qual define esse tipo de capital, como sendo a capacidade das pessoas trabalharem em conjunto, em grupos e organizações que constituem a sociedade civil, para a persecução de causas comuns. Ou seja, para Coleman a confiança é essencial entre os membros de uma comunidade para que possa ocorrer a formação do capital social.

Localizar o conceito de Capital Social em um específico ponto da história é uma tarefa difícil, porém importante para a elaboração do conceito. Deste modo, é importante citar a hipótese formulada por Coleman (2000) de que existe uma complementação entre capital físico-econômico (insumos, infra-estrutura e financiamento), capital humano (educação e preparação técnica) e Capital Social (relações de confiança), ou seja, o Capital Social é alcançado e otimizado, quando contém um conjunto de laços e normas de confiança e reciprocidade numa comunidade, onde essas relações se tornam tão essenciais para o desenvolvimento da comunidade quanto o capital físico e capital humano.

Segundo Cunha (2000), existe um grande debate sobre Capital Social e confiança. A confiança está no centro deste, porque apresenta uma relação estreita com o Capital Social conforme destaca Putnam (2000). Dessa forma, surgem algumas divergências entre pesquisadores, como no caso de Fukuyama (1996) e Putnam (2000). Para Fukuyama, quando se pensa em Capital Social, fala-se em confiança. Para esse autor, a capacidade de associação de uma comunidade depende fundamentalmente do grau de confiança de seus membros entre si, afirmando que “o Capital Social é uma capacidade que decorre da prevalência de confiança numa sociedade ou em certas partes dessa sociedade” (FUKUYAMA, 1996, p.41). No entanto, Putnam (1996) considera que a confiança é um componente básico do Capital Social, mas não o único, embora seja o ponto fundamental, e apresenta que “Capital Social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 2000, p.177).

Desta forma, este artigo parte da concepção defendida por Putnam (2000), o qual mostra que a cadeia de relações sociais permite transmitir e disseminar a confiança entre as pessoas criando um círculo virtuoso. A confiança, nesse sentido promove cooperação e, quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. Assim, a confiança que gera cooperação, sendo a cooperação é a fomentadora de mais confiança, reciprocidade e, conseqüentemente, de uma comunidade melhor, mais horizontal e democrática.

O que se discute é que quanto mais confiáveis são os cidadãos, mais inclinados apresentam-se para se envolverem em associações voluntárias, o mesmo tempo em que o aumento da participação política conduz a um maior apreço pelo sistema político democrático. A autora

destaca que Seligson e Rennó (2000) realizaram uma pesquisa sobre esse tema, colocando a questão da confiança interpessoal no centro da discussão. A grande discussão dos autores é que sem confiança interpessoal as chances de mobilização coletiva diminuem e, sem a participação política dos cidadãos, mais frágil torna-se a democracia.

A questão do plano individual é tratada pelos autores através de pesquisa, buscando verificar duas dimensões da confiança. A primeira reflete uma visão sobre confiança interpessoal externa e é limitada a avaliações do ambiente externo; a segunda, enfatiza a intensidade com que os indivíduos admitem que vêem os outros como confiáveis. Desta forma, a fim de testar empiricamente a diferença entre as duas dimensões da confiança interpessoal, vários estudos foram realizados, tentando mensurar a confiança que é o conceito chave do Capital Social e cultura cívica.

Segundo o levantamento desses autores, pessoas que aderem a associações tendem a confiar mais em estranhos do que cidadãos que não aderem. O estudo é importante, pois ao ignorar a dimensão interna da confiança interpessoal, estudos anteriores podem estar subavaliando o impacto da confiança mútua nas preferências individuais de valorização das comunidades e do engajamento cívico.

Nesse sentido, está implícita também a questão da cultura como um fator decisivo de coesão social, pois, dependendo da cultura estabelecida pode-se fomentar ou diminuir o grau de confiança entre os membros de uma comunidade. Nela as pessoas podem reconhecer-se mutuamente, crescer em conjunto e desenvolver a auto-estima coletiva. Preservar os valores culturais tem uma grande importância para o desenvolvimento, porque eles servem como uma força coesiva em uma época em que muitas outras estão sendo debilitadas.

Nesse sentido a confiança é um componente básico do ethos que sustenta o desenvolvimento de uma comunidade, pois a confiança promove a cooperação, gera ativa participação, regra de reciprocidade e ajuda mútua. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade da melhora da qualidade de vida dos seus membros. Desta forma, busca-se conhecer qual a representação social que as famílias de São Joãozinho têm acerca da confiança, já que este elemento é central para o fortalecimento do capital social, a organização e o desenvolvimento comunitário.

Metodologia

O método de pesquisa utilizada foi o de vértice qualitativo que de acordo com Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com um universo amplo de significados que inter-relacionam os motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, abrindo um espaço em que a realidade não pode ser reduzida a descrição e operacionalização de variáveis. É através da pesquisa

qualitativa que há a construção dos conhecimentos para entender diferentes situações que se desenham, permitindo uma compreensão dos vínculos e as interações entre as comunidades.

O campo da pesquisa foi às famílias rurais da Comunidade Rural de São Joãozinho da Área de Proteção Ambiental do município de Guaratuba-PR.

A aproximação com o conteúdo das falas dos indivíduos entrevistados foi realizado e analisado, por meio das representações sociais. Sob tal perspectiva, considera-se que as entrevistas contenham um tipo de saber socialmente construído, negociado e contido no senso comum e na dimensão do cotidiano, que permite ao indivíduo uma visão de mundo que contém, em menor escala, todos os ingredientes do pensamento e da vida social e capacita o indivíduo a orientar seus projetos de ação e as estratégias que desenvolve em seu meio social (MOSCOVICI, 2003).

Foram selecionadas para a pesquisa seis famílias, das 25 existentes na comunidade rural. A Amostragem foi deliberada, pois foram escolhidas as famílias com maior tempo de residência na comunidade rural de São Joãozinho. A coleta de dados utilizou de duas técnicas ou instrumentos: a) Observação participante, realizada por um ano de permanência de um dos pesquisadores em campo⁵, participando de atividades na comunidade, como: reuniões de pais e professores da escola rural, organização de festa junina com os pais e as crianças, conversas com as pessoas da comunidade sobre a composição de um grupo para a participação no programa de alfabetização de jovens e adultos; b) Entrevistas semi-estruturadas com perguntas abertas sobre união, confiança e a formação da comunidade. A técnica mostrou-se apropriada porque, ao contrario de entrevistas estruturadas com pré-categorização de respostas, possibilita respostas inesperadas e descritivas de opiniões e sentimentos. As falas foram transcritas com o intuito de facilitar a leitura e preservar do significado.

Análise dos dados foi realizada, convertendo os relatos coletados em categorias e unidades de significados, levando-se em conta a frequência, a relevância e também a interpretação que as famílias davam aos temas da pesquisa. Cada uma das entrevistas recebeu um relatório específico, realizado no mesmo dia, a fim de não perder alguns elementos importantes das entrevistas, como silêncios significativos, ironias presentes no tom de voz, contradições e ambigüidades significativas, as quais de acordo com André (1983) são elementos implícitos não detectáveis simplesmente pela transcrição.

Resultado e discussão: a representação social das famílias sobre a confiança

a) DIVINO – uma atividade cultural que esta se perdendo

⁵ Pesquisa de doutorado de Márcia Regina Ferreira orientada por Raquel R.R. Negrelle do Setor de Ciências Agrárias da UFPR do Programa de pós-graduação em Agronomia área de concentração: Produção Vegetal.

A cultura das comunidades rurais está ligada a uma identidade que envolve danças, vestimentas, fala ou linguagem local, alimentação, lendas, religião e tudo aquilo que faz parte da origem destas famílias. Hoje a desvalorização da cultura é percebida em suas multidimensões, principalmente no abandono de práticas agrícolas como os mutirões, que desembocavam em festas locais ou as festas religiosas como do divino, segundo o relato:

No início a gente tinha a festa do divino, que é a visita nas casas com a bandeira do divino (trindade – era vermelha e o divino era bandeira branca), que era em todas as comunidades no mês de junho (M.E., em entrevista, Guaratuba/Pr,fev./2009).

Por meio da observação participante, foi possível detectar que as festas religiosas como a da bandeira do Divino que era uma tradição católica de visitar as casas para levar a bandeira e confraternizar com os vizinhos e entre as comunidades vizinhas, foi se perdendo com a chegada de duas igrejas pentecostais nos últimos 30 anos: Congregação do Brasil e Cristã do Brasil.

b) GUAJU – trocas e solidariedade

A confiança é elemento central do capital social, sendo fundamental para o processo de desenvolvimento sustentável das comunidades rurais. Só que na Comunidade do São Joãozinho percebe-se que a confiança que desencadeia a união entre os moradores vem se perdendo com o passar do tempo, como é registrado abaixo:

[...] a união que eles tinham que eu achava muito bom, que hoje em dia não é mais cultivada. Que nem tipo assim, eu que vim morar aqui, que eu fiquei sabendo , era o tal do mutirão em que todo mundo ajudava e depois ai tinha aquele baile, aquela festa no final[...] (S.H., em entrevista, Guaratuba/Pr,fev./2009).

Já os mutirões são práticas que desencadeavam esse processo de confiança nas comunidades rurais, onde os grupos de pessoas se ajudavam mutuamente nas atividades referentes ao plantio, colheita, construções de casas e outras. No final do mutirão realizava-se uma confraternização, através de festas ou bailes. Isso pode ser conferido abaixo:

[...] onde todo mundo ajuda a plantar, fazendo troca. Ai fazia uma festa e todo mundo levava comida [...] (S.H., em entrevista, Guaratuba/Pr,fev./2009).

Esse processo de ajuda mútua nas comunidades tem como elemento a confiança entre as famílias e conseqüentemente o fortalecimento do capital social. Mas entende-se nos relatos e entrevistas das famílias da comunidade rural que as características dos mutirões foram sendo abandonados como é ressaltado em seguida:

[...] hoje em dia tem o Guaju que toma o café e vai embora [...] (J.C., em entrevista, Guaratuba/Pr,fev./2009).

Observa-se que as famílias tinham também um sentido de identidade, uma confiança de que poderiam conquistar os recursos necessários para as famílias e um valor de pertencimento. Como das crianças estudarem na própria comunidade, as atividades de mutirão, as festas do divino e a construção da escola . Por todas essas atividades é possível perceber que existiam

propósitos comuns coletivos. Esses só são possíveis existindo a confiança entre os participantes, como é expresso no relato a seguir sobre a construção da escola rural:

Tínhamos a idéia de ter uma escola aqui no São Joãozinho, porque as crianças sofriam muito para ir até a Escolinha Rural de Riozinho. Então eu vejo que tudo foi difícil. Sabe naquela época algumas pessoas me criticaram por estar doando o terreno para a prefeitura para fazer escola, é a prefeitura que tinha que dar e não o Senhor me diziam. Então eu disse, mas eu não estou dando para a Prefeitura, eu estou doando para a comunidade. A gente vai ter uma escola que tanto serve para os meus filhos como para os filhos de vocês e a gente vai crescendo, **porque nunca vai terminar a necessidade de ter escola, enquanto existe gente, existe escola.** E foi dessa maneira que a gente conseguiu ter a escola no São Joãozinho (S.C., em entrevista, Guaratuba/Pr, fev./2009).

As famílias pertencentes à Comunidade rural demonstram que nesses 120 anos de existência, em vários momentos eles se uniram e buscaram alternativas para suprir suas necessidades, observa-se pelos depoimentos que existia uma unidade social, que os valores eram compartilhados e que a confiança em trabalhos coletivos era uma realidade na comunidade.

c) RELIGIÃO - Ajuda a união da comunidade ou não?

A representação social sobre a confiança na Comunidade Rural de São Joãozinho é percebida quando as falas se reportam a questão da união. E como a religião vem criando cultura, novos hábitos e atitudes nas famílias, as quais foram mudando suas formas de ação na comunidade. Atualmente, 80% das famílias existentes na comunidade se apresentam como religiosas e pertencentes a igrejas pentecostais como a Congregação do Brasil e a Assembléia de Deus. Nas falas é possível identificar essas representações sobre a confiança ou desconfiança e até mesmo certo antagonismo sobre ser religioso de uma igreja, se ajuda ou não no desenvolvimento da confiança de seus membros.

Ser crente é bom, mas tem que cumprir. Se cumprisse um ajudava mais o outro. Tem dia aqui que não tem nem o que comer... Era para a comunidade ser mais unida... é difícil, a religião não manda ter desunião. Eu tive um ano na cadeira de roda e só o pessoal de fora da comunidade que me ajudou. Aqui eu tenho irmão de sangue, vários sobrinhos e os irmãos da igreja e nem por isso recebi ajuda. (P., em entrevista, Guaratuba/Pr, fev./2009).

A fala do entrevistado **P.** reforça a discussão de Gil-Filho (2007) sobre a prática da religião e a questão do espaço sagrado. Deste modo o sagrado como na fala do entrevistado P. “Se cumprisse um ajudava mais o outro... era para a comunidade ser mais unida... é difícil, a religião não manda ter desunião”, apresenta como parte de um sistema moral, ou seja, o sagrado torna-se sinônimo de moral. Assim, o espaço sagrado também pode ser situado entre o espaço sensível de expressões e o espaço das representações. As famílias apontam que a sua representação social acerca da confiança na religião, no espaço sagrado é necessária. No entanto, no cotidiano de sua vida prática, as famílias vêm com certa desconfiança a possibilidade de ajuda mútua. Nesse caso, as relações de vizinhança, de parentesco, ou de irmandade (ser da mesma religião)

não ajudam a união da comunidade.

Esta fala vai ao encontro de outras famílias entrevistadas que residem há mais de 48 anos nesta comunidade e falaram sobre a necessidade da união entre os membros da comunidade. Dessa forma, observa-se que a comunidade rural de São Joãozinho tem uma realidade comum a um conjunto social, a qual é apresentada por matrizes discursivas que são repetidas em várias famílias. Assim, a representação social sobre a confiança, aparece no decorrer de suas falas por meio de seu entendimento sobre cooperação, solidariedade, participação, reciprocidade e principalmente a união que só é possível com a confiança.

d) INDIVIDUALISMO - O cada um por si

Quando a confiança é desfeita e não existe uma inter-relação entre os indivíduos, conseqüentemente não há uma participação efetiva do indivíduo como cidadão que pertence a um grupo. Se a união não está presente essa cidadania atrelada a um processo de participação também não será exercitada, assim é confirmado na entrevista abaixo:

[...] agora cada um é pra si, antes tinha o mutirão, um ajudava o outro, hoje é cada um pra si.....aqui aquele que cuida mais chora menos[...] (A., em entrevista, Guaratuba/Pr, fev./2009).

e) Comunidades vizinhas e poder público: É possível confiar?

A relação comunidade, confiança e agentes externos são considerados essenciais para o desenvolvimento comunitário. As entrevistas abaixo apresentam representação social que as famílias têm em relação às comunidades vizinhas e expõe o ponto de vista dessas famílias apresentando como essa percepção da confiança e da união entre comunidades são representações sociais compartilhadas pelos entrevistados. Nas falas é possível identificar o processo de ancoragens abordado por Moscovici (2007).

Eu sou um analfabeto, não tenho leitura, mais eu tenho cabeça para pensar e sei observar as coisas: Mas como que pode? Porque tudo que fazem no Descoberto e no Riozinho teve a gente que foi lá, teve a nossa participação, nos fomos lá e conversamos, mas fica tudo lá. Entra tudo para lá. Para aqui não serve de nada (S.C., em entrevista, Guaratuba/Pr, fev./2009).

Ancoragens são manifestações diretas da Representação Social e são afirmações genéricas veiculadas nos depoimentos dos entrevistados, que enunciam, explicitamente, valores, crenças, ideologias.

Aqui sempre foi assim, precisam de ter gente para pedir a reforma nas casas, chama então a comunidade de São Joãozinho, ai vai a gente lá naquelas reuniões junto com o pessoal do Descoberto, pegam o nosso nome, anotam tudo e depois... depois quem recebe os benefícios e a comunidade de lá, aqui a gente fica sem nada. Foi sempre assim (J.S.H., em entrevista, Guaratuba/Pr, fev./2009).

Os entrevistados apresentam um processo de ancoragem. É possível perceber que existe uma classificação já estabelecida de como é a relação de uma comunidade com a outra em

relação a acesso a recursos públicos, desta forma existe uma ancoragem, ou seja, um paradigma estocado na memória de cada um dos membros dessa comunidade, a qual estabelece uma relação negativa de confiança por conta dos valores e crenças construídos pelos processos de participação dos grupos.

Viu, a gente aqui sempre buscou informação, a gente quer que a comunidade melhore. Mas sempre foi assim, aqui em São Joãozinho a gente não consegue nada. Quando o pessoal do governo quer fazer reunião para trazer algum programa de ajuda, ou fazem na Comunidade do Descoberto ou na Comunidade do Riozinho. São Joãozinho é sempre esquecido, ou só é lembrado quando precisam da gente para dar volume, para mostra que tem bastante gente interessada, daí a gente é chamado para participar. As pessoas daqui não confiam mais nessas reuniões (S., em entrevista, Guaratuba/Pr, fev./2009).

Nas falas é possível identificar uma baixa estima social, dos membros da comunidade. Assim como, a construção de um conhecimento no espaço banal, ou seja, no senso comum que a comunidade de São Joãozinho de que eles são invisíveis, ou só são visíveis quando interessa a alguém. Esse tipo de pensamento ou deformação da realidade do mundo vivido, apenas reforça a desconfiança e dificulta os processos de desenvolvimento da comunidade.

No entanto, se a comunidade diante dessas informações e conhecimento dos processos já realizados, pode busca uma organização interna e realizar as mudanças necessárias para o seu desenvolvimento, resgatando a confiança interna e a confiança com os membros externos.

É nessa perspectiva que se destaca a contribuição de Moscovici (2003) sobre representações sociais, pois ele refuta simultaneamente os principais argumentos do behaviorismo e da psicologia cognitivista (onde a representação é vista como um elemento estático). O autor defende que os indivíduos ou grupos não são receptores passivos, mas participantes importantes desta sociedade pensante, elaboradores de um pensamento social onde constantemente (re) avaliam seus problemas e soluções. E isto é importante porque nas falas dos entrevistados é possível perceber um reconhecimento sobre o valor da confiança e da união para o desenvolvimento da comunidade, no entanto, muitos não sabem como fomentaram no dia a dia, mas podem desenvolver uma nova ação a partir desse conhecimento refletido.

Considerações finais

Este artigo chama a atenção de que toda representação é composta de figuras e de expressões socializadas, construídas no senso comum do grupo em si. Uma representação social é a organização de imagens e linguagem porque ela realça e simboliza atos e situações que nos são ou nos tornam comuns. Assim a representação social sobre a confiança ou desconfiança na comunidade, evidencia o ausente presente. Ou seja, os valores e crenças que essas famílias construíram por meio dos processos de ancoragem e objetivação acerca da confiança, os quais produziram determinados comportamentos sociais (indivíduo-sociedade).

Desta forma, ao se pensar a representação social da confiança na comunidade rural de São Joãozinho, busca-se uma análise sobre como a comunidade está organizada e como essa representação precisa de uma re-significação, a qual possa desmistificar o conhecimento construído ao longo dos anos pela maioria de seus membros, os quais sentiram uma perda da relação de confiança com os seus pares e com as comunidades vizinhas, mas, no entanto, necessitam re-significar essa confiança de forma mais aprofundada visando o auto-desenvolvimento desta, por meio do resgate dos valores compartilhados, do sentido de identidade, do sentimento de pertencimento e principalmente por atividades voltadas para propósitos coletivos. Com essas ações é possível que a representação social existente possa ser alterada pelo próprio grupo.

Afinal, as representações sociais, entendidas como forma de conhecimento e enquanto campos socialmente estruturados são produzidas e apreendidas no contexto das comunicações sociais, sendo estruturas dinâmicas, flexíveis e permeáveis. O estudo empírico sobre a representação social acerca da confiança nas famílias da comunidade rural revela a concomitância de conteúdos mais estáveis, quanto à funcionalidade das representações para a manutenção da falta de união, individualismo e desconfiança nas famílias, porém, essa ordem social está sujeita a mudança, pois as representações sociais, são tanto expressão de permanências culturais como são campos socialmente estruturados na interface de contextos sociais.

Referências

- ANTUNES, M. O caminho do empoderamento: Articulando as noções de desenvolvimento, pobreza e empoderamento. In: **Empoderamento e direito no combate a pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.
- BEBBINGTON A. **Capitals and Capabilities: A Framework for Analyzing Peasant Viability, Rural Livelihoods and Poverty**. London, IIED/DEID, January, 1999.p. 54.
- COHEN, S. S. **Social capital and capital gains in Silicon Valley**. California Management Review, Berkeley, 1999.
- COLEMAN, J. **Foundations of Social Theory**. 3. ed. Cambridge: The Belknap of Harvard University Press, p.300-320, 2000.
- CUNHA, L. A. G. Confiança, Capital Social e Desenvolvimento Territorial. **Revista RA`EGA**. Editora da UFPR. Curitiba, n. 4, 2000.
- DUPAS, G. **Economia Global e Exclusão Social – Pobreza, Emprego, Estado e o Futuro do Capitalismo**. 3ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- FERREIRA, M.R. O Orçamento Participativo como instrumento de geração de capital social: um estudo do conselho do orçamento participativo — ano 2001/2002 — do município de Maringá-Pr.265f. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Maringá, 2003.
- FUKUYAMA, F. **Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

GEERTZ, C. A religião como sistema cultural. In: **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIL-FILHO, S. F. **Geografia da religião: reconstruções teóricas sob o idealismo crítico**. In: Da percepção e cognição a representações: reconstruções teóricas da geografia cultural e humanista. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba:NEER, 2007.

JODELET, D. *La representación social: fenómenos, concepto y teoría*. In: MOSCOVICI, S(Org). *Pensamiento y vida social*. Barcelona/Buenos Aires/México: Paidós, Psicología Social, 2,1984.

LUHMANN, N. **Confianza**. Barcelona: Anthropos Editorial, 2005.

MARIANO, R. **Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal**. 2009. Disponível em : <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n52/a10v1852.pdf>>. acessado em: 02/08/09.

MINAYO S. C. M. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21ª edição. Petrópolis, RJ. : Ed. Vozes, 1994, p.80.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. **Representações sociais: Investigação em Psicologia Social**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, F. O ; WERBA, G. C. Representações sociais. In: STREY, M. N e cols. **Psicologia social contemporânea: livro – texto**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, p.104-117, 2000.

PAVARINO, R. N. Teoria das representações sociais: pertinência para as pesquisas em comunicação em massa: **Anais... XXVI Congresso Brasileiro de ciências da Comunicação**, BH(MG), 2 a 6 set. 2003.

PORTELA, M.; NEIRA I. **Capital social: concepto y estudio econométrico sobre el capital social em españa**. Estudios Económicos de Desarrollo Internacional .AEEADE. Vol. 2, n. 2, 2002.

PEYREFITTE, A. **A Sociedade da Confiança**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna**. Tradução Luiz Alberto Monjardim. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

_____. **Bowling Alone- The Collapse and Revival of American Community**. New York, Touchstone (Simon & Schuster), 2000a.

SEGA, R. A. **O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici**. Anos 90, v. 8, n. 13, p. 128-133, 2000.

SELIGSON, M.I. A & RENNÓ, L. R. Mensurando confiança interpessoal: Notas acerca de um conceito multidimensional. **Dados - Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, V. 43, n. 4, 2000.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.